

42º Encontro Anual da Anpocs

SPG21 Internet, comunicação e democracia: questões contemporâneas

**Os impactos do uso da comunicação digital na mediação jornalística da  
transparência pública**

Thatiany Nascimento<sup>1</sup>  
Diógenes Lycarião<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Ceará (UFC), integrante do Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação (GRUPPOCOM) e do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor), ambos da UFC. E-mail: thatynascimento1709@gmail.com

<sup>2</sup> Professor permanente e Vice-Coordenador do PPGCOM-UFC, sendo líder do o Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação (GRUPPOCOM). E-mail: dramarc@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho trata da relação entre os sistemas político e mediático, com foco nas transformações geradas pela expansão do uso da comunicação digital na mediação jornalística da transparência pública no Brasil. A pesquisa evidencia as rotinas produtivas de repórteres de dois jornais cearenses de referência regional – *Diário do Nordeste* e *O Povo* – e trata, de forma breve, da evolução do uso de ferramentas de transparência *online* na produção de notícias, concentrando-se na discussão de dois aspectos que atravessam a operacionalização desta mediação. O argumento é que os impactos gerados pelas lógicas e operações do ambiente *online*, iniciadas nos anos 1990 e acentuadas, sobretudo, na última década, podem: (a) afetar a qualidade da mediação e; (b) amplificar o paradoxo da transparência, comprometendo os ganhos atribuídos à visibilidade mediática da transparência e o aprofundamento da democracia. Os aspectos são problematizados com base no aporte teórico estruturado sobre o tema. Resultados preliminares de uma investigação empírica, envolvendo as duas redações, evidenciam a potencial ocorrência desses fenômenos em condições reais de atuação jornalística no contexto regional.

**Palavras-Chave:** Transparência pública. Mediação jornalística. Comunicação digital.

**Abstract:** This paper explores the relationship between the media and political systems focusing on the transformations triggered by the use of digital communication platforms in the journalistic mediation of public transparency in Brazil. This research provides evidence regarding newsmaking routines of journalists from two regional elite-oriented newspapers, namely *Diário do Nordeste* and *O Povo*. This paper also overviews the evolution of the use of online transparency tools in newsmaking routines by approaching two aspects that intersect the operationalization of this mediation. In this regard, we argue that the online environment and its internal logics produced impacts in the 1990's and more pronouncedly in the last decade that correspond to these two aspects, in particular (a) the diminishing quality of this mediation and; (b) the exacerbation of the transparency paradox, which undermines the democratic contributions ascribed to media visibility. These aspects are discussed according to the corresponding theoretical framework. Preliminary results of an empirical investigation embracing two newsrooms give support to an actual occurrence of the aforementioned aspects and their respective phenomena.

**Key-words:** Public Transparency. Journalistic Mediation. Digital Communication.

## **Introdução**

Se a relação entre os sistemas político e mediático (Hallin; Mancini, 2004, Blumler; Gurevitch, 1990, Maia, 2006) foi discutida e atestada pelas experiências do século XX, sendo reconhecido o relevante papel do desenvolvimento dos meios de comunicação na alteração do ambiente político nesse período (Miguel, 2002; Thompson, 1998), os primeiros anos do século XXI têm oferecido e suscitado incrementos exponenciais às dinâmicas de interação entre esses sistemas. A ampliação da comunicação digital e o uso estratégico das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), tanto por agentes do campo político, quanto por aqueles do campo mediático, têm gerado inovações e transformado as formas de entrelaçamento entre as esferas civil, mediática e política.

Na atualidade, com a expansão do ambiente digital, as experiências sociais e as atividades políticas mediadas pelos meios de comunicação passam por redefinições e ganham novos elementos. De um lado, há expressivas mudanças na forma de disposição de dados e informações públicas na internet e maior apropriação da utilização destas ferramentas por parte dos governos e das instituições públicas. De outro, no sistema mediático ocorre, dentre outras mudanças, a acentuação da digitalização tanto da produção como da recepção das produções jornalísticas.

Este trabalho discute as alterações no fazer jornalístico e uma possível carência (ou déficit) de legitimidade do sistema político por parte da esfera civil ou mesmo a incompreensão da ação política. Fundamentamos que isso pode ocorrer por duas vias, sendo elas:

*(a) comprometimento da qualidade da mediação jornalística com a intensificação do uso da comunicação digital – gerando, por exemplo, a produção de um grande volume de notícias, porém com baixos atributos para a expansão da cidadania e aperfeiçoamento da democracia;*

*(b) amplificação do paradoxo da transparência com a expansão da comunicação digital – produzindo acentuação do descrédito do público nas instituições democráticas e/ou nos agentes políticos (Miguel, 2002; Moy; Scheufele, 2000).*

Com base no aporte teórico estruturado sobre o tema, argumentamos que, diante de uma série de fatores, abre-se espaço concreto para um possível desvio da função mediadora do jornalismo, o que pode ocasionar prejuízos ao aprofundamento da democracia no Brasil. Dentre tais fatores, destacamos a aceleração do ritmo de produção jornalística, a redução no tempo de apuração e uma dinâmica produtiva, muitas vezes, regida pela métrica dos cliques na internet. Some-se a isso o contexto da polarização política que ascendeu nos últimos anos, o que, conforme Lycarião, Magalhães e Albuquerque (2018), estimulam um tipo de produção jornalística cada vez mais disposta a alimentar discursos polarizados. Em nosso entendimento, isso tende a estimular o denunciamento e a apresentação descontextualizada de dados da transparência pública.

Desse modo, este trabalho tem por objetivo analisar e discutir essas transformações geradas pela expansão do uso da comunicação digital na mediação jornalística da transparência pública, focando como objeto as rotinas produtivas de repórteres de dois jornais do Ceará de referência regional – *Diário do Nordeste* e *O Povo* (Molina, 2007; Sousa, 2005). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os conceitos-chave e as relações que mantêm entre si. A potencial ocorrência dos pressupostos discutidos neste trabalho são evidenciados em achados preliminares de uma investigação empírica – a ser detalhada mais a frente – envolvendo as redações dos dois jornais.

### **1. Abordagem sistêmica e função mediadora da mídia**

Antes de avançar no trato específico dos dois pontos propostos, esclarecemos que este artigo trabalha o entendimento da mídia como campo social ou sistema (Alexander, 1990; Maia, 2006; Miguel, 2002). Nesta abordagem, “a mídia é compreendida como um subsistema social, composto por um conjunto de instituições típicas e um grupo de especialistas” (MAIA, 2006, p. 21). Como todo subsistema, o mediático, “conta com relativa autonomia [...] para a produção da comunicação, através de códigos e de semânticas específicas, em ambientes de ação ordenados e validados por critérios próprios” (MAIA, 2006, p. 21).

Maia (2006) argumenta que as teorias do sistema social partem do princípio de que os subsistemas, ao realizarem atividades fundamentalmente distintas, produzem importantes recursos (*outputs*) cujo os outros sistemas dependem, de modo que cada

subsistema, espera receber *inputs* apropriados de troca nessa relação. “Esse modelo possibilita conduzir análises multidimensionais da vida do sistema social porque diferencia analiticamente a interdependência de várias atividades [...], sendo que, 'na vida real', elas se interpenetram” (MAIA, 2006, p. 21). Neste trabalho, ilustramos essa troca de recursos, capilaridade e interconexão entre os sistemas político e mediático, com exemplos de produções jornalísticas de alto impacto que se tornaram possíveis pelo uso das ferramentas de transparência pública (recursos originários da administração pública) como fonte de informação para a produção do notícias (atividade do campo jornalístico).

A mídia, como todo sistema ou campo social, tem funções específicas na geração de determinadas práticas sociais tidas como fundamentais para a atuação dos demais sistemas, dentre outros, o econômico, o político, o religioso. Alexander (1990) indica como função distinta do sistema mediático a capacidade de integração social garantida pela produção de padrões simbólicos que criam os tecidos invisíveis da sociedade. Para Maia (2006, p. 25), a condição específica de operação do sistema mediático está relacionada ao fato de ele deter “os instrumentos para a produção de visibilidade, através de rotinas e de modos operatórios próprios, dos quais atores de outros subsistemas dependem”.

Tal abordagem admite também a perspectiva apontada por Miguel (2002), no que diz respeito à relação sistêmica entre mídia e política. Optando pela ideia de campo social que, segundo o autor, “é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem 'naturalmente' aos agentes que dele participam” (MIGUEL, 2002, p. 157), Miguel assume mídia e política como campos “relativamente independentes, na medida em que retêm sua própria lógica, mas sobrepostos, já que interferem, em larga escala, um no outro” (MIGUEL, 2002, p. 158).

Outra ferramenta conceitual utilizada é a ideia de mediação operada pela mídia. Ao admitir o pressuposto de que o sistema mediático é, em sociedades complexas e altamente diferenciadas, potencialmente gerador de processos de integração social, sendo um substituto funcional para o contato concreto da coletividade no impossível “encontro de todos” (Alexander, 1990), assumimos a mediação como uma atribuição desse sistema que, ao atuar na produção de representações simbólicas da realidade, gera insumos informativos e componentes expressivos para interpretação de fenômenos sociais.

A atuação do sistema mediático, segundo o panorama deste trabalho, consiste na tradução ou retradução de códigos e linguagens específicas para a linguagem ordinária da esfera civil, tendo como propósito possibilitar a interpretação de determinados fatos políticos e sociais. Desse modo, acrescentamos que a mediação operada pelos meios de comunicação é fundamental “para garantir um controle por parte da esfera pública das ações dos outros sistemas especializados em funções” (LYCARIÃO, 2012, p.126). No campo político, esse processo se desdobra em visibilidade, potencialmente capaz de disseminar projetos ou visões de mundo, catalisar debates, gerar processos de *accountability* e estimular mobilizações cívicas (Maia, 2006).

Desta forma, compete ao sistema mediático mediar diversas informações, discursos e manifestações, ordenando-as de modo que se tornem, em termos gerais, mais inteligíveis ao público. A produção jornalística exerce, portanto, uma função indispensável na política democrática, marcada pelo “[...] enorme abismo que se estende entre o mundo político e as percepções das pessoas comuns sobre isso<sup>3</sup>” (BLUMLER, GUREVITCH, 1990, p. 27, tradução nossa). Esta função mediadora do jornalismo, propõem Blumler e Gurevitch, traz desenvolvimento ao público, fazendo-o alcançar e entender esta arena [política] distante e difícil. No contexto específico de mediação de acesso à informação pública, como ressaltam Gentili e Dutra (2016), os agentes do sistema mediático contribuem para a redução de assimetrias informacionais.

## **2. Uso da comunicação digital e das TICs**

O desenvolvimento e a incorporação, sobretudo, a partir da década de 1990, da comunicação digital e das TICs nas relações dos campos político e mediático com a esfera civil, embora guarde proporções e finalidades específicas e distintas, têm algumas implicações semelhantes. Em termos gerais, pode-se dizer que tanto na mídia como na política, a expansão do uso das novas tecnologias tem gerado: intensificação da produção e disponibilização de conteúdos, aumento do fluxo de circulação da informações em rede, demanda por agilidade no trato e na divulgação de informações, maior possibilidade de interação e a amplificação de novas formas de visibilidade.

---

<sup>3</sup> Tradução do texto original “[...] an enormous gulf stretches between the political world and ordinary people's perceptions of it”. (BLUMLER, GUREVITCH, 1990, p. 26)

Distante do tratamento dualista que restringe-se à apontar e/ou refutar benefícios ou malefícios resultantes da inserção das novas tecnologias nas ações e interações da vida pública, consideramos que o ambiente digital traz novos elementos que, de fato, são possibilidades de melhoria do sistema democrático contemporâneo. Mais notadamente, no que concerne ao princípio da transparência pública. A partir disso, buscamos discutir as mudanças geradas pela ampliação da comunicação digital e o uso estratégico das novas TICs na mediação jornalística do sistema político.

O Estado ocupa o ambiente digital e, apesar dos obstáculos, vem exercendo a função de agente comunicativo (Silva, 2009). Em paralelo “as demandas por transparência e participação do cidadão no desenho e controle social das ações do Estado ganham relevo na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental” (JARDIM, 2013, p.2). Em relação à mídia, Thompson (2008) afirma que o nascimento da internet e de outras tecnologias digitais amplificou e complexificou os potenciais produzidos pela comunicação. Essa complexificação, argumenta o autor, decorre do aumento do fluxo de conteúdo que permitiu um número maior de indivíduos criando e disseminando informações.

Silva (2009) ao discorrer sobre a informação produzida pelo Estado na internet, aponta a importância de se investigar a emergência dessa nova forma de comunicação. O autor cruza as potencialidades políticas das TICs com o que denomina de “inovações estruturais” da comunicação entre Estado e cidadãos, propiciadas pelo ambiente digital e enumera quatro inovações estruturais, são elas: ordenamento, direcionamento, emolduramento e monitoramento da informação. Com o desenvolvimento das TICs alguns autores, segundo Maia (2006), têm destacado que a interdependência entre os sistemas político e mediático tem se tornado mais flexível, sendo que cada lado tem ficado menos dependente do outro.

Por exemplo, os jornalistas podem se valer de muitas fontes, além de políticos, para manter suas histórias em dia (através da utilização de portais da internet, bancos de dados e de memória ativa, entrevistas on line e etc.). Os políticos, por sua vez, têm mais escolhas sobre diferentes meios para disponibilizar informações, bem como recursos e oportunidades para estabelecer contatos com o público, disseminar mensagens e planos, configurar identidades particulares, condições e preferências (MAIA, 2006, p. 32).

### **3. Cobertura da transparência pública**

Se, apesar dos obstáculos, os últimos anos do século XX e o início do século XXI, têm configurado no Brasil um cenário de ascensão e incremento dos mecanismos de transparência pública, a relevância do exercício das funções normativas do sistema mediático que, dentre outras, é fazer circular e dar visibilidade à informação pública, tem sido reforçada. Para se fortalecer, a democracia representativa contemporânea pressupõe transparência e deve contar com ações e dispositivos capazes de concretizar tal prerrogativa (Bobbio, 2000).

Marques (2008) ressalta que, nas sociedades contemporâneas, em que há uma tentativa de qualificação dos valores democráticos, a mídia municia os cidadãos para acompanhar a atuação das instituições representativas “ao prover de insumos informacionais à esfera civil por meio da visibilidade conferida aos acontecimentos, fenômenos e personalidades, de um lado, e de instruções sobre como se desenrola o jogo democrático, de outro” (MARQUES, 2008, p. 202). Reiteramos, nesta perspectiva, a relevância da mediação jornalística em sua função normativa para o aprofundamento do sistema democrático (Miguel, 2004; Rothberg, 2005, 2010; Lycarião & Wozniak, 2017) que, além de viabilizar a materialização do princípio democrático da transparência em si, pode promover a expansão da cidadania, estimular o engajamento político, formar opiniões refletidas e impulsionar a participação política dos cidadãos.

Na conceituação de transparência, tomamos a formulação de Gomes, Amorim e Almada (2018, online) “uma instituição transparente não é [...] simplesmente uma em que tudo está escancarado [...]. Transparente como contrário de opaco, significa que uma instituição desta natureza é aquela em que não se veda o olhar, não há acessos blindados, governos invisíveis”. Para os autores, “há transparência quando há controle cognitivo externo de um ato, ou do que dele resulta, para além do agente que o praticou” (ibid, online) e na gestão pública este princípio é consolidado quando sujeitos, independentes do agente que realizou determinada ação, podem acessar à informação necessária que possibilita saber que ato foi praticado, por quem e em qual situação.

Craft e Heim (2009) explicam que, na literatura acadêmica da Ciência Política, dos assuntos internacionais, dos negócios e do jornalismo, o termo “transparência” é atrelado a dois aspectos distintos, mas relacionados. Um como disponibilidade de



informações e outro como divulgação. Como disponibilidade, a transparência é passiva e demonstra um Estado cujo os documentos, estatísticas e intenções estão abertos à visão pública. Como divulgação, a transparência é considerada ativa e pode ser atrelada ao processo de exibição de informações.

No Brasil, embora o histórico da gestão pública traga como regra a retenção de informações públicas (Jardim, 1999), o movimento de redemocratização do país, no final da década de 1980, e a promulgação da Constituição Federal em 1988, provocou melhorias nesse campo. Avanços iniciados sob a égide da demarcação da transparência como um fundamento do Estado Democrático de Direito. Ao longo de quase 30 anos de vigor da “Constituição Cidadã”, diferentes normas com foco na transparência pública foram sancionadas no país. Dentre elas: a Lei de Arquivos (1991), a Lei do Processo Administrativo (1999), a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), a “Lei da Transparência” (2009) e a Lei de Acesso à Informação (2011).

Na cobertura jornalística nacional da transparência pública no Brasil, repórteres valem-se de ferramentas oficiais oriundas da regulamentação destas legislações. São exemplos do uso jornalístico dessas ferramentas reportagens de grandes impactos, como: a denúncia feita pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 2008, sobre a utilização irregular de cartões corporativos por ministros do Governo Federal<sup>4</sup>. O caso exposto pelo jornal teve como base uma apuração feita por jornalistas no Portal da Transparência da União. O episódio de grande repercussão junto à opinião pública, além de provocar a demissão de uma ministra, levou o Governo a criar novas regras para uso dos cartões, entre elas a restrição de saques.

Já em 2013, a utilização da Lei de Acesso à Informação (LAI) por repórteres do jornal *Folha de São Paulo*, que tinham como foco a produção de matérias sobre atos de ministros de estado durante a Ditadura Militar (1964-1985)<sup>5</sup>, resultou na abertura pública de 412 caixas com documentos do período autoritário. O acesso físico da sociedade aos registros (avisos, memorandos, ofícios, telegramas, dentre outros, produzidos por

---

<sup>4</sup> Informações sobre essa cobertura estão disponíveis no jornal *O Estado de São Paulo* no seguinte endereço <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,o-escandalo-dos-cartoes-corporativos,321501>>

<sup>5</sup> A primeira matéria da série de reportagem publicada pela *Folha de São Paulo* pode ser consultada no seguinte endereço:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1239837-documentos-da-ditadura-sao-retidos-por-ministerios.shtml>>

autoridades do regime militar) foi garantido após um intenso embate (restrição de acesso, negação de documentos, uso de recursos da LAI, acionamento da Controladoria Geral da União, dentre outros..) entre a empresa jornalística e o Governo Federal. Com a repercussão, os documentos foram enviados ao prédio do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e tornaram-se públicos.

Outro episódio de uso também da LAI que rendeu uma produção jornalística de impacto foi a reportagem do jornal *O Globo*, publicada em 2016, sobre a recusa recorrente da Força Aérea Brasileira (FAB) em ceder aviões para o transporte de órgãos para transplantes, enquanto autoridades do governo usufruíram facilmente das aeronaves em questão<sup>6</sup>. A narrativa publicizada pelo jornal motivou a assinatura imediata de um decreto presidencial determinando à disposição permanente de uma aeronave da FAB para o transporte de órgãos no país.

Os exemplos que ilustram essa utilização fazem menção a fatos, investigações e produções jornalísticas que, em distintos momentos nos últimos anos, oxigenaram o debate público no Brasil e provocaram cobranças e vigilância por parte da opinião pública a respeito das ações dos representantes políticos (sobretudo, do Governo Federal). Os casos citados têm como pano de fundo o acesso à informação e acionam diretamente a relação – tratada neste trabalho – entre o princípio democrático da transparência pública e a mediação jornalística.

Além dos instrumentos já apontados, o Diário Oficial – publicação concebida no Brasil ainda no período monárquico – também se destaca no uso por jornalistas como forma de monitoramento sistemático de atos e ações do governo (Conti,1999; Ferreira, 1973). Por meio deste mecanismo é possível saber/acompanhar, por exemplo, a nomeação/exoneração de integrantes do 1º e 2º escalão do poder executivo (federal, estadual e municipal), a disposição de verbas para execução de obras, a publicação de decretos, a liberação de licenças ambientais, o anúncio de mudanças tarifárias em serviços como o transporte urbano, a destinação de dinheiro para pagamento de grandes shows em eventos municipais como réveillons e carnavais, dentre outros. Agregam-se a

---

<sup>6</sup> A reportagem pode ser conferida no jornal *O Globo* no seguinte endereço: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sistema-de-transplantes-no-brasil-sofre-com-falta-de-transporte-aereo-19444859>>.

essa lista de fontes de informação para a mediação jornalística da transparência pública também boletins e estatísticas disponibilizados por órgãos e instituições.

Em relação às inovações provocadas pelas novas tecnologias, um exemplo recente é o encerramento da circulação da edição impressa do Diário Oficial da União (DOU) no dia 30 de novembro de 2017. A publicação passou a ser exclusiva do ambiente digital, sendo disponibilizada em formato de dados abertos. Dessa maneira é possível que seres humanos e máquinas utilizem, reutilizem e redistribuam os dados do DOU acessados na internet. Tal ponto também mantém relação com a discussão sobre as condições de uso dessas ferramentas, seja por jornalistas ou por cidadãos comuns.

Nas rotinas produtivas dos repórteres essas ferramentas estão presentes na apuração, checagem e produção das informações. No Ceará, este cenário repete-se e tais mecanismos são acionados pelo jornalismo de referência regional a fim de operar esta mediação. São exemplos dessa utilização: a cobertura que ganhou repercussão nacional sobre o chamado “escândalo dos banheiros<sup>7</sup>”, esquema envolvendo representantes do executivo e legislativo estadual e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que consistiu no desvio de cerca de R\$ 2 milhões que deveriam ser usados para construir kits sanitários em áreas pobres do interior do Ceará, denunciado pelo jornal *O Povo* e a cobertura “(des)caminhos da escola<sup>8</sup>” sobre o sucateamento e os riscos no transporte escolar em, pelo menos, 10 municípios do Ceará, em cenários notórios de desperdício de recursos públicos praticado por prefeituras com contratos controversos de alugueis de veículos para esse tipo de transporte, publicada pelo *Diário do Nordeste*. Ambas as produções tiveram como fonte de informação os portais da transparência estadual e municipais.

A adoção de tais ferramentas nas rotinas produtivas de jornalistas do Ceará são evidenciadas nos resultados preliminares dos dados coletados em uma investigação empírica aplicada às duas redações e detalhados na metodologia. Como “jornais de referência” apontamos as designações formuladas por Molina (2007) e Sousa (2005),

---

<sup>7</sup> A cobertura sobre o “escândalo dos banheiros” teve início em julho de 2011 e ainda se desdobra. A primeira matéria sobre o assunto, que considerou os usos das ferramentas de transparência, pode ser conferida na edição impressa do jornal *O Povo* do dia 14.07.2011 com o título “Verba pública gasta com banheiros não localizados”

<sup>8</sup> As matérias estão disponíveis no Diário do Nordeste no seguinte endereço:  
<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/especiais/descaminhosdaescola/perigo-na-travessia-1.1322835>>

cuja a referência é caracterizada como: interna ao próprio sistema informativo, no qual o jornalismo em questão serve para “pautar” outros meios de comunicação e a externa, na qual há reconhecimento da importância e influência desse jornalismo na formação da opinião pública.

#### **4. Achados da pesquisa empírica**

Para a realização deste trabalho, além da pesquisa bibliográfica sobre alguns conceitos-chave (transparência, mediação jornalística, tecnologias da informação e comunicação, jornais de referência, paradoxo da transparência, dentre outros), aplicou-se questionários aos jornalistas das redações dos jornais selecionados. O aporte teórico resultante da pesquisa bibliográfica norteou a problematização e fundamentou a composição de tais questionários.

Antes de avançar na apresentação dos resultados, expomos, de forma breve, a composição dos dois jornais em análise. Ambos têm as redações localizadas em Fortaleza, no Estado do Ceará. O *Diário do Nordeste* pertence à família Queiroz e foi criado em 1981. O jornal compõe o Sistema Verdes Mares (SVM) de Comunicação. A partir de 2016, o jornal impresso passou a circular de segunda-feira a sábado. Antes, a periodicidade era diária. Desde 1997, o jornal conta com um site, onde todo o conteúdo da versão impressa é disponibilizado, além do material produzido exclusivamente para a ambiência digital. Atualmente, o jornal conta também com perfis nas seguintes mídias sociais: Twitter, Facebook, Instagram, Google+ e Youtube.

Para ilustrar os índices de alcance dos jornais do Ceará, usaremos aqui dados de 2015, pois são as informações mais atualizadas disponíveis publicamente sobre o assunto. Dados medidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) e disponibilizados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>9</sup> apontam que, em 2015, por dia, a circulação média do *Diário do Nordeste* era de 22.593 exemplares.

O *Jornal O Povo* pertence à família Dummar e teve origem em 1928. É o periódico mais antigo em atividade no Ceará. O jornal integra o Grupo de Comunicação O Povo e a circulação do jornal impresso é diária. Conforme os dados disponibilizados

---

<sup>9</sup> O levantamento pode ser consultado no site da ANJ, no seguinte endereço:  
<<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>

publicamente pela ANJ, em 2015, o índice de alcance do O Povo era 17.298 edições por dia. O jornal também iniciou as atividades no portal em 1997 e, desde então, passou a disponibilizar o conteúdo da versão impressa nessa nova plataforma, além das notícias produzidas especificamente para o site. O jornal O Povo tem perfis no Twitter, Facebook, Instagram, Google+, LinkedIn, Snapchat e Youtube.

Os resultados da pesquisa empírica aqui apresentada foram obtidos por meio da aplicação de um questionário *online* – ferramenta do Google Docs –, entre os dias 14 de dezembro de 2017 e 13 de janeiro de 2018, a 73 jornalistas empregados nos dois jornais cujo a função desempenhada é a de repórter. O questionário produzido e aplicado por meio de uma ferramenta do Google Docs, além de um texto introdutório esclarecendo quais os propósitos da pesquisa e o universo de profissionais escolhidos para a aplicação, continha 13 questões abertas e fechadas de múltipla escolha e escalonadas (Vieira, 2009), organizadas em três etapas temáticas, obedecendo a uma ordem lógica: dados pessoais, dados profissionais e hábitos de trabalho.

Dos achados a serem explorados neste trabalho, destacamos as informações referentes ao uso das ferramentas de transparência. Dos 60 repórteres, 90% indicaram utilizarem tais mecanismos para a produção de notícias em uma das seguintes frequências: raramente, razoável, bastante e sempre. Este dado fortalece o argumento de que há capilaridade e interconexão entre os sistemas (político e mediático) e a transparência pública e o jornalismo, sendo evidenciado o estabelecimento de processos comunicativos fortes nesta apropriação no âmbito regional.

**Quadro 1** – Frequência de uso das ferramentas de transparência pública como fonte de informação por repórteres dos jornais Diário do Nordeste e O Povo

Frequência	Números absolutos	Porcentagem
Raramente	21	35%
Razoável	20	33,33%
Bastante	8	13,33%
Nunca	6	10%
Sempre	5	8,33%
Total geral	60	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Para fins desta análise, serão consideradas as ferramentas de transparência ativa (Portal da Transparência, Diário Oficial, e Portal de Compras do Governo) e transparência ativa/passiva (Lei de Acesso à Informação). As distinções entre transparência passiva e ativa são aquelas definidas pela Controladoria Geral da União (2016), na qual a transparência ativa é entendida como aquela em que há disponibilização da informação de maneira espontânea (proativa) e a passiva como é “aquela que [...] depende de uma solicitação do cidadão. Ela ocorre, portanto, por meio dos pedidos de acesso à informação [...]” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016, p.54).

Na tentativa de identificar as razões para o “não uso”, foi solicitado aos repórteres, em questões abertas, que indicassem motivos para a “não utilização”, bem como detalhassem as dificuldades enfrentadas nesse uso para garantir a mediação da informação pública. Na indagação de número 13, os profissionais foram solicitados a mencionar “se há e quais as principais dificuldades enfrentadas por jornalistas na apuração de informações públicas por meio das ferramentas de transparência no Ceará”. A questão foi preenchida pelo 60 profissionais, sendo que 7 disseram não saber responder ou desconhecer as dificuldades e 2 declararam-se satisfeitos com as ferramentas. Os demais, apontaram inúmeras dificuldades de naturezas distintas, agrupadas aqui em cinco dimensões, relacionadas: (a) aos déficits na formação profissional, (b) à qualidade das ferramentas, (c) à operacionalização técnica das ferramentas, (d) às limitações impostas pelas rotinas produtivas e (e) à influência do poder econômico e/ou político na produção da notícia.

Esta categorização não foi construída, nem é apresentada, de modo hierárquico. Acreditamos que a ocorrência dos fenômenos envolvidos nas cinco dimensões analíticas se dá, muitas vezes, de forma paralela e integrada em regimes concretos de produção de notícias. O agrupamento proposto tem objetivo didático para que essas interferências distintas, porém complementares, possam ser melhor exploradas e explicitadas, favorecendo a análise prática de nuances imbricadas em dimensões de naturezas diferentes.

Evidenciamos que os achados da pesquisa empírica reforçam o argumento apresentado neste trabalho de que os impactos gerados pelas lógicas e operações do

ambiente *online*, podem: (a) afetar a qualidade da mediação e; (b) amplificar o paradoxo da transparência, comprometendo os ganhos atribuídos à visibilidade mediática da transparência e o aprofundamento da democracia. Isto, sobretudo, quando nos concentramos em duas dimensões dos obstáculos relatados pelos repórteres, a saber: os déficits na formação profissional e às limitações impostas pelas rotinas produtivas para a garantia da mediação jornalística da informação pública.

## **5. Mudanças no fazer jornalístico**

Conforme evidenciado, no novo cenário, no qual se vivenciam as transformações geradas pela digitalização das redações e dos processos de produção, recepção e circulação de informações, a qualidade da utilização dos dispositivos de transparência pode ser comprometida. Isto, porque a intensificação do uso da comunicação digital têm provocado alterações nas dinâmicas das rotinas produtivas, que, por vezes, são prejudiciais ao cumprimento da função do jornalismo no aprofundamento dos objetivos democráticos.

Ao expor o cenário marcado por um conjunto de transformações no jornalismo e formular a hipótese de que estão sendo vivenciadas mudanças estruturais nesse campo, Pereira e Adghirni (2011) apontam que com o crescimento da digitalização e a proliferação de produção de conteúdo informativo, as empresas têm convergido diferentes operações midiáticas, aumentando as exigências em relação ao desempenho dos funcionários, cobrando, por exemplo, “que os profissionais de redação passem a produzir conteúdos multimídia e assumam o perfil multitarefas” (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 39). Em paralelo à aceleração, perduram as cobranças por publicações bem apuradas e com diversidade de fontes.

Essa celeridade, esclarecem os autores, tem raízes mais profundas do que a introdução da internet e está relacionada com a aceleração do tempo social. No entanto, na atualidade, a velocidade nos processos produtivos é aumentada consideravelmente também pela possibilidade de acesso a informações por meio de bases de dados, pela convergência de mídias e de redações e pela proliferação de mídias institucionais e de ferramentas de autopublicação.

As ponderações teóricas se conectam aos achados da pesquisa empírica, no que diz respeito aos obstáculos relatados pelos repórteres dos dois jornais relacionados às rotinas produtivas. São características desse entrave ações como: a incompatibilidade de tempo entre a apuração e o *dead-line* dos jornalistas (em geral, cada repórter tem entre 5 e 7 horas de trabalho diária), sobretudo, nas produções para o ambiente digital; falta de tempo não só para a apuração, mas também para a interpretação dos dados, com limitações para filtrar informações públicas e contextualizá-las em tempo hábil; ausência de motivações (por parte dos chefes imediatos, da empresa e pessoais) para o uso das ferramentas de transparência e problemas com a apuração complementar das informações, pois, segundo os repórteres, é comum que fontes oficiais não cometem os dados apurados através dos mecanismos de transparência a fim de “derrubar” a pauta ou atrasar a produção das matérias.

Neste trabalho, alertamos justamente para implicações desta natureza que argumentamos serem intensificadas pela ampliação do uso da comunicação digital. No caso da utilização das ferramentas, ponderamos que a cobrança por rapidez nas rotinas produtivas de repórteres afeta o bom usufruto desses mecanismos. Isso muito em função da apuração e checagem das informações, pois o *design* operacional desses dispositivos nem sempre favorece uma decodificação imediata da informação, demandando dos profissionais tempo, aprofundamento e competências mais refinadas. Mas também devemos destacar os constrangimentos referentes à produção e apresentação desses materiais em condições tão exíguas de tempo e capacitação.

Usar ferramentas de transparência de forma qualitativa requer de repórteres a contextualização das informações e o exercício do conhecimento crítico. Assim como afirma Figaro (2013), tal prática demanda “[...] a capacidade de selecionar, com óculos social [...] de fazer relações com outros acontecimentos, de situar o acontecimento no tabuleiro das lutas sociais e dos jogos de poder, é que faz o fato tratado pelo jornalista ser jornalismo” (FIGARO, 2013, p.135, grifo da autora). É inevitável (embora em termos práticos pareça cada vez mais impensável pelo mercado diante dos efeitos das lógicas produtivas digitais) a ponderação de que o uso dessas ferramentas nas rotinas produtivas requer o estabelecimento de dinâmicas específicas, tanto para o favorecimento do manejo feito pelo repórter, como para os desdobramentos que esse uso necessita. Isso porque o



acesso aos dados não se traduz em apropriação e, conseqüentemente, em completude da notícia.

Tais aspectos guardam relação com outro achado da pesquisa empírica relativos aos entraves na mediação jornalística com o uso de mecanismos de transparência no Ceará. O obstáculo é da ordem da formação profissional. De acordo com os repórteres, esses empecilhos atravessam o cotidiano das rotinas produtivas pois: as instituições de ensino superior, de modo geral, não capacitam os jornalistas em formação para o uso das ferramentas como instrumentos vigorosos de apuração, nem os formam para o trato crítico-reflexivo da valorização da transparência pública na cobertura jornalística. Além disso, relatam os repórteres, as empresas não incentivam e tampouco investem em capacitação para garantir o manejo hábil e produtivo dos mecanismos de transparência.

As respostas à pergunta de múltipla escolha que tratava da formação para o uso das ferramentas dá subsídios para o diagnóstico da realidade local. Ao serem indagados com quem/onde tiveram atividades de formação para a utilização desses mecanismos, os repórteres puderam marcar mais de uma alternativa e acrescentar outras, caso fosse necessário. Do 60 respondentes, 35 (58,3%) afirmaram que aprenderam com colegas de trabalho, para 31 (51,7%) o aprendizado ocorreu de modo solitário, 11 (18,3%) com editores, 9 (15%) em cursos especializados no assunto buscado por iniciativa própria, 3 (5%) disseram ter aprendido ao participarem de cursos especializado no assunto ofertado pela própria empresa, 2 (3,3%) na graduação, nenhum na pós-graduação e os demais alegaram, nessa questão, não utilizarem tais mecanismos.

Ressaltamos que, para garantir qualidade na mediação jornalística, é necessário assegurar aos profissionais condições adequadas para aprofundar a apuração, verificar dados, ampliar pontos de vistas, diversificar fontes, dentre outros procedimentos. Só mediante esses pressupostos, a informação jornalística pode ser apresentada de maneira a atender de modo mais qualitativo os requisitos de uma significação cognitiva que seja mediadora de uma comunicação democrática.

A informação é um componente de fortalecimento da democracia, no entanto é necessário refletir sobre a forma como é tratada/apresentada e os possíveis efeitos que gera. Rothberg (2005) faz referências às críticas justamente a esses processos automáticos e naturalizados que fazem da cobertura mediática do campo político,

segundo ele, uma forma superficial de mediação, com a expropriação das características intrínsecas do sistema político, restringindo a visibilidade das ações deste campo a produtos atraentes e de consumo rápido. Esses processos automáticos e por consequência a simplificação das ações e fatos políticos, explica o autor, ajudam a formar e conformar posicionamentos superficiais e distorções.

Tomamos aqui também outro argumento do autor que é justamente o da qualidade da informação mediada como um valor potencializador do avanço democrático e da participação cidadã nos processos e nas decisões políticas. Conforme Rothberg (2010), por qualidade de informação, entende-se a informação abrangente capaz de permitir “avaliações embasadas sobre as conseqüências da adoção de determinadas políticas, de modo a fundamentar cálculos sobre ganhos, perdas e formas de se obter equilíbrio entre eles” (ROTHBERG, 2010, p. 27).

Para Figaro (2013), no rol das transformações ocorridas no panorama dos meios de comunicação, por meio da expansão das tecnologias e da cultura da convergência midiática, “está em jogo que tipo de democracia quer-se construir, pois o direito à informação é o alicerce de uma sociedade democrática” (FIGARO, 2013, p.11). A autora defende que a abordagem teórico-metodológica do binômio comunicação e trabalho é a mais adequada para investigar questões que envolvem as rotinas produtivas atravessadas pela lógica da grande empresa. Isto porque:

A métrica dos clics resulta nos perfis de público-alvo e de linhas editoriais, ditando as regras não só do webjornalismo ou jornalismo on-line, mas de toda a cadeia de produção de veículos, do jornal diário à revista. A métrica dos clics desenha o perfil do público-alvo que o diretor executivo leva para a reunião de pauta. Por isso, a reportagem sobre o problema do ensino público, feita por uma repórter jovem e mais crítica, não pode ir para o abre da editoria; lá estará o ranking das escolas de sucesso para o vestibular. (FIGARO, 2013, p.133, grifos da autora)

A ampliação da comunicação digital nos processos de produção jornalística, argumenta Figaro, estabeleceu uma rotina de trabalho moldada pelo “nanotempo” Seu significado não está atrelado ao tempo que de fato caracteriza a vida cotidiana, mas sim um tempo medido nos negócios da empresa. Em sentido literal, equivale ao tempo reduzido/encurtado. Nas rotinas produtivas, assegura Figaro, é absolvido como “o tempo

da postagem”.

[...] o tempo se apresenta como um impostor que impede o exercício crítico e responsável da profissão. É um tempo medido pela resposta-ação cada vez mais intuitiva; refletir, ponderar, analisar e interpretar de maneira a produzir um discurso permeado por diversas vozes, arejado com argumentos a partir de diferentes pontos de vista, aparece quase como um devaneio de um período romantizado. (FIGARO, 2013, p.134)

Em um dos estudos brasileiros no campo da comunicação sobre os impactos da LAI nas rotinas produtivas de jornalistas, Geraldês e Sousa (2014), avaliaram uma das dimensões comunicativas da Lei é servir como pauta ou fonte jornalística. Nos achados do trabalho consta: “Em um momento em que o ethos da profissão está ligado ao imediatismo e à superficialidade, um dos empecilhos para que a LAI renda boas matérias parece ser a rotina apressada” (GERALDES, SOUSA, 2014, p. 909). Reitera-se, com esta referência de base empírica, que a predominância de determinadas condições ou a ausência delas no contexto notícias produzidas com ferramentas de transparência pode afetar os potenciais ganhos democráticos esperados da mediação jornalística.

## **6. Paradoxo da transparência**

O segundo aspecto a ser tratado neste artigo como um efeito que pode atravessar o uso da comunicação digital na cobertura política e comprometer os benefícios atribuídos à mediação jornalística da transparência pública é o chamado paradoxo da transparência. Este fenômeno não é exclusivo do novo contexto digital e vem sendo objeto de análises teóricas e empíricas de diversos estudos da literatura científica internacional de diferentes períodos históricos, produzidos por autores que tratam sobre confiança política. No entanto, o ambiente digital, em virtude de algumas características já apresentadas, abriga potencialidades de intensificação desse aspecto problemático para a democracia.

Nos sistemas democráticos modernos, os mecanismos de controle e fiscalização das instituições e dos agentes públicos funcionam como espécie de seguro contra aqueles que tentam violar preceitos legais e morais da gestão pública. Contudo, o paradoxo da transparência persiste em países com distintos níveis de democracia. Desta maneira, o monitoramento e a visibilidade proporcionados pela mediação jornalística, por exemplo, às operações de combate à corrupção na administração pública podem, ao mesmo tempo,

contribuir para aumentar o nível de informação política da sociedade, como também produzir alta desconfiança ou cinismo político dos cidadãos. Esta oposição afeta a confiança política, considerada um dos componentes essenciais de qualquer democracia. “Sem confiança política, que inclui a crença de que o sistema funciona para os cidadãos, quaisquer ações tomadas podem ser percebidas como desimportantes<sup>10</sup>” (MOY e SCHEUFELE, 2000, p. 750, tradução nossa).

Embora não trate especificamente desta contradição democrática – paradoxo da transparência – e sim de incoerências relacionadas às novas formas de visibilidade política na modernidade, Thompson (2008) ao explicitar a crescente relevância dos escândalos políticos em décadas recentes, utiliza um princípio de explicação semelhante aquele que pode ser aplicado ao paradoxo abordado neste artigo. Isso, sobretudo, se considerarmos que o autor projeta essas interpretações a partir de fenômenos relativos às mudanças na maneira de tornar visíveis as atividades dos líderes políticos no âmbito público.

O autor defende que não é possível explicar o aumento da percepção negativa sobre determinados atos e comportamentos dos agentes políticos como um sintoma do declínio nos padrões morais desses líderes na atualidade. Pois, embora isto pareça plausível, há poucas evidências para justificá-la. Thompson defende que a prevalência gradual dos escândalos políticos tem muito mais a ver com as transformações nas maneiras de tornar visíveis as atividades dos líderes políticos. Uma destas mudanças, argumenta ele, é a mutabilidade das tecnologias de comunicação e de vigilância. A maior disponibilidade, no século XX, de novas tecnologias que operam na gravação, processamento e transmissão da informação e comunicação propiciou uma maior visibilidade de representantes políticos e aproximação com o público.

Um outro fator atrelado às novas formas de visibilidade e que interferiu na construção da percepção política e no aumento da desconfiança, defendido por Thompson, é a mudança na cultura do jornalismo. Segundo autor, no final do século XIX e início do século XX, alguns editores e jornalistas se viam como investigadores em

---

<sup>10</sup> Tradução do texto original “Without political trust, which includes the belief that the system works for the citizenry, any actions taken may be perceived as futile”. (MOY e SCHEUFELE, 2000, p. 750)

busca de desvendar realidades ocultas e de trazê-las ao conhecimento público. A esse respeito, o autor indica que “[d]epois desse despertar inicial, a tradição do jornalismo investigativo entrou num período de relativo declínio até os anos 60, quando ganhou ímpeto novo com os tumultuosos acontecimentos políticos da década” (THOMPSON, 2008, p. 32). O escândalo do *Watergate* foi importante nesse contexto, argumenta, pois ajudou a legitimar as atividades de jornalistas investigativos e auxiliou “a precipitar o clima de ceticismo pelo qual ninguém, nem mesmo o presidente, está fora de suspeita” (THOMPSON, 2008, p.32).

Da mesma forma como Thompson pondera que a constituição de percepções negativas sobre o campo político na modernidade passa, de alguma maneira, pela operacionalização da mediação jornalística, outros diversos estudos reiteram e investigam essa referida ideia. Conforme Mesquita (2013, p.147) a “mídia tem sido apontada tanto como a responsável por fomentar o cinismo e a desconfiança entre os cidadãos [...], quanto como importante vetor de fornecimento de informações capazes de promover o engajamento do cidadão com a democracia” . Para Mesquita, seja qual for a perspectiva adotada em relação à mídia – de influência negativa ou positiva para a constituição da confiança política – deve-se considerar que a informação sobre os agentes e as instituições políticas mediada pelos sistema mediático “é peça constitutiva do instrumental à disposição dos cidadãos para que se posicionem ante elas” (2013, p.147).

Articulações teóricas como *video malaise* – estudo que defende o efeito negativo da televisão na confiança política – ou o “círculo virtuoso” – teoria que sugere o uso da TV como gerador de conhecimento prático e atitudes mais positivas em relação à política e ao governo (Ribeiro, 2016) –, dentre outras, projetaram demandas de ampliação da investigação desse fenômeno que envolve transparência democrática, comunicação política e percepção da confiança. Aportes teóricos posteriores revistaram tal associação e incrementaram as variantes consideradas nas análises não só da televisão, mas também de outros meios. Em busca de identificar os efeitos desta suposta vinculação, pesquisas realizadas em diferentes épocas, contextos e em sociedades com distintos níveis de democracia, passaram a considerar, dentre outros, a natureza dos diversos tipos de mídia, os fatores socioeconômicos do público e os relacionados ao tempo e padrões de exposição aos veículos. Em relação aos estudos que indicam a negatividade como

resultado das produções do sistema mediático, Moy e Scheufele ratificam que as avaliações e tentativas de aferições desta hipótese apontam para a exigência de um olhar específico para cada meio (jornal, TV, rádio, etc.).

Tendo em vista a relevância deste aporte teórico, reiteramos nesse artigo, a potencial colaboração da mídia para a geração de percepções sobre o sistema político, mas advertimos que a responsabilidade sobre a promoção ou acentuação das possíveis desconfiças e do cinismo político não são tratadas aqui como atribuição provocada de modo restrito pelo sistema mediático ou especificamente pelas produções jornalísticas.

Não há como desprezar o contexto sócio-histórico. Logo, a dinâmica da vida social, as experiências diretas com as instituições e as interações pessoais vivenciadas pelo público, por exemplo, são tomadas como elementos constitutivos da formação destas percepções. No entanto, ressalto que dentro de um quadro analítico amplo, conforme exposto, a atividade jornalística tem potencial para contribuir com o crescimento da negatização da política. As ponderações desse trabalho relacionadas ao possível incremento do paradoxo da transparência devido à ampliação do uso da comunicação digital para a mediação da transparência pública levam em consideração, portanto, essas referências.

Ao vislumbrar inovações e benefícios estimulados na mediação jornalística pelo ambiente digital, é preciso considerar alguns questionamentos, tais como: *ao valer-se de mecanismos de transparência pública para a produção de matérias, o que os conteúdos jornalísticos e as formas de apresentação destes conteúdos devem envolver para garantir a mediação dos mesmos sem provocar distorções aos potenciais ganhos democráticos?* Com a ampliação da comunicação digital, *é possível traçar indicadores pragmáticos – considerando os diversos tipos, dispositivos e gênero de produção jornalística – que orientem a cobertura jornalística sobre transparência pública?* Questões levantadas anteriormente como, *o ritmo acelerado de produção, ditado pelas lógicas e operações digitais, e a interferência na qualidade do uso dos mecanismos de transparência, podem ser vistas como agravantes dessa contradição democrática?*

Demonstramos ser relevante analisar de modo crítico os possíveis ganhos democráticos com a qualificação das ferramentas de transparência e o usufruto delas por parte dos jornalistas, para que incoerências sejam percebidas e os efeitos reais das ações

na ambiência digital compreendidos. Nessa proposta de análise consideramos que a forma (enquadramento/qualidade do uso da informação/modo de apresentação) como as notícias que tratam da transparência pública são pautadas, produzidas e divulgadas é um indicador pragmático a ser monitorado para avaliar a maneira com que os meios de comunicação – em seus diversos tipos, dispositivos e gênero de produção – tratam os assuntos de interesse público e conseqüentemente quais os efeitos podem decorrer dessas abordagens.

Enfatizamos que informações são fundamentais para criar articulações políticas competentes que aprimorem as vivências democráticas. Contudo, reforçamos, com base no argumento de Kuklinski et al, (2001), que esses enquadramentos devem dispor do chamado “valor diagnóstico da informação”, que é, segundo os autores, o subsídio adequado para formar perspectivas embasadas dos cidadãos na mediação informacional. “A informação tem alto valor de diagnóstico [...] quando é clara e transmite plenamente as considerações centrais relevantes para uma tarefa de decisão ou julgamento<sup>11</sup>”. (KUKLINSKI et al, 2001, p.412, tradução nossa)

Formular proposições que possam ajudar na qualidade da mediação jornalística e na redução do paradoxo da transparência não é o escopo deste trabalho, porém, acreditamos que alguns indicadores de atuação, se aplicados em sistemas concretos de produção – guardadas as proporções das especificidades de cada meio –, podem auxiliar na alteração de quadros em que o uso da comunicação digital na mediação da transparência tem produzido prejuízos.

Um dos indicadores é que a produção jornalística deve prezar pelo afastamento da cobertura baseada no denunciismo e/ou no tratamento moralista e personificado das ações. Tais abordagens, além de reduzirem as práticas irregulares a atos realizados somente por determinados agentes específicos do cenário político, acabam por distorcer a cobertura, resultando em aviltamento de reputações. Isto desvia o foco dos reais problemas causados à sociedade e ao sistema democrático.

Outra recomendação é que a cobertura, que tem como fonte de informação as ferramentas de transparência (Portal da Transparência, Lei de Acesso, boletins, etc...), se

---

<sup>11</sup> Tradução do texto original “Information has high diagnostic value [...] when it clearly and fully conveys the central considerations relevant to a decision or judgment task” (KUKLINSKI et al, 2001, p.412).

fundamente no uso de abordagens que facilitem a tradução eficaz do significados dos fatos em questão. Em episódios de prática de ações irregulares protagonizados por agentes públicos, por exemplo, é preciso mediar de forma inteligível os prejuízos causados, valendo-se de variados recursos (linguísticos, visuais, etc...), demonstrando, desta maneira, a competência informacional da produção jornalística para tal mediação.

A mediação jornalística também deve prezar pela diversificação dos atores e falas nestas coberturas, resgatando o sistema mediático em sua função de fórum para debate cívico, onde atores sociais se expressam na cena pública e contemplam posicionamentos diversos. É o indicado para que – guardadas as devidas proporções, como as limitações específicas de algumas plataformas e modelos – as produções jornalísticas consigam abarcar participações diversas, como, por exemplo, a fala de pesquisadores e especialistas em matérias que tratem sobre corrupção, transparência e democracia.

Propomos também que, quando utilizadas as ferramentas de transparência, tal prática seja explicitada nos conteúdos, de modo a cumprir a atribuição didática de dar visibilidade à função destes mecanismos de acompanhamento e prestação de conta da gestão pública e estimular o uso dos mesmos por parte da sociedade.

### **Considerações finais**

A discussão proposta neste trabalho considera o potencial do uso da comunicação digital pelo jornalismo para impulsionar as ações de transparência e preservar os ganhos democráticos, sem fazer com que isto implique em visões pessimistas e cínicas sobre o funcionamento da democracia. Contudo, é de fundamental necessidade ressaltar que a materialização da transparência pública – através da mediação jornalística –, conforme exposto no artigo, não garante por si só o cumprimento dos objetivos democráticos, tendo em vista não ser um efeito necessário, mas contingente sobre o processo político. O uso das ferramentas de transparência é encarado como uma possibilidade de concretização do princípio democrático, mas seu êxito substancial depende da forma como será desenvolvido pelo sistema mediático.

Dentre outros pontos, ressaltamos que é necessário voltar o olhar para as mudanças estruturais na produção de notícias e as transformações no mundo do trabalho dos jornalistas, que têm ocorrido com mais intensidade nas últimas décadas – tendo como



um dos fatores cruciais a ampliação da comunicação digital – e a possível incidência nos processos produtivos que envolvem especificamente o uso de ferramentas de transparência pública na produção noticiosa. É sabido que não somente a cultura profissional incide nas diretrizes das práticas jornalísticas. Não se pode perder de vista que há, também, constrangimentos organizacionais nesses processos. Esses elementos, enfatizamos, são considerados ao abordamos a mídia sob uma perspectiva sistêmica.

A investigação das condições reais de atuação de jornalistas que se valem de mecanismos de transparência para a cobertura de ações e decisões políticas, a fim de materializar a transparência pública, demonstrou ser um dos caminhos metodológicos legítimos para aferir a dimensão da ocorrência dos fenômenos tratados. A escolha metodológica adotada garantiu evidências vigorosas sobre essa relação na realidade regional. Sugere-se o aprofundamento desta investigação com a realização de entrevistas em profundidade, a fim de aprimorar os resultados e assegurar elementos analíticos ainda mais consistentes sobre o problema analisado.

Reiteramos a importância de discutir o tema e de jogar luz sobre os aspectos que podem afetar a apropriação do desenvolvimento tecnológico pelo jornalismo, mediador da transparência pública, tendo em vista o potencial desta atividade para a redução de incongruências e para a concretização e qualificação de valores, como este, imprescindíveis às democracias contemporâneas.

## **Referências**

ALEXANDER, Jeffrey. The Mass News Media in Systemic, Historical and Comparative Perspective. In: ALEXANDER, Jeffrey; COLOMY, Paul. (Ed.) **Differentiation Theory: Problems and Prospects**. New York: Columbia University Press, 1990. p. 107-152.

BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. Political communication systems and democratic values. In: J. Lichtenberg (Ed.), *Democracy and the mass media*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 24-35

CRAFT, S; HEIM, K. Transparency in journalism: Meanings, merits, and risks. **The handbook of mass media ethics**. 2009. p. 217-228.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto : a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FERREIRA, Ronan Soares. **Diário Oficial da União, uma hipótese maior**. Revista do

Serviço Público, 108:163-9, maio/ago. 1973.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In FIGARO, Roseli (Org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

GERALDES, Elen Cristina; SOUSA, Janara Kalline Leal Lopes de. A Lei de Acesso à Informação e as mudanças nas rotinas produtivas do jornalismo brasileiro. In: **Conferência ICA de Comunicação na América Latina**, 4, 2014. Brasília. Anais...Brasília: ICA, 2014. p.905-910.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini; ALMADA, Maria Paula. **Novos desafios para a ideia de transparência pública**. E-Compós, 21(2). 2018. <https://doi.org/10.30962/ec.1446>

HALLIN, D. C; MANCINI, P. **Comparing media systems: Three models of media and politics**. Cambridge University Press, 2004.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Editora UFF, 1999.

\_\_\_\_\_, José Maria. Lei de acesso à informação pública: dimensões político informacionais. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, 13, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. p. 1-21.

KUKLINSKI, J. H.; QUIRK, P. J.; JERIT, J.; RICH, R. F. **The political environment and citizen competence**. American Journal of Political Science, v. 45, n. 2, 2001, p. 410-424.

LYCARIÃO, Diógenes. Sistema dos media e deliberação pública: acerca do valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, J. S.; JACKS, N. A.. (Org.). **Mediação & Mdiatização**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, p. 123-147, 2012.

LYCARIÃO, D. MAGALHÃES, E; ALBUQUERQUE, A. (2018). **Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial**. Revista Famecos, 25(2), p.01-19. DOI: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.28384>>

LYCARIÃO, Diógenes; WOZNIAK, A. . **The prism of the public sphere: The COP15 coverage by the Brazilian media system**. Journal of Public Deliberation, v. 13, p. 1-30, 2017.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In MAIA.R.;CASTRO, M.P.S (Orgs) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. Tese de Doutorado.

MESQUITA, Nuno Coimbra. Mídia e apoio político à democracia no Brasil. In MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EdUsp, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova: 2002, p. 155-184

\_\_\_\_\_, Luiz Felipe. **Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia**. Comunicação & Política, v. 22, n. 3, 2004, p. 129-147.

MOY, Patricia; SCHEUFELE, Dietram A. **Media effects on political and social trust**. Journalism and Mass Communication Quarterly 11, 2000, p. 744-59

PEREIRA, F. H; ADGHIRNI, Z. **O Jornalismo em Tempos de Mudanças Estruturais**. Intertexto, Vol. 1. Nº 24, 20011, p. 12-22.

RIBEIRO, Vasco. A crise da comunicação política: os media, o jornalismo e a assessoria de imprensa como responsáveis pelo divórcio entre cidadãos e política. In PRIOR, Hélder; GUAZINA, Liziane; ARAÚJO, Bruno (orgs). **Diálogos lusófonos em comunicação e política**. Covilhã:LabCom, 2016.

ROTHBERG, Danilo . **Política mediada, democracia e elites**. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, 2005, p. 15-40.

\_\_\_\_\_, Danilo . Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, R.. (Org.). **Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo**. Covilhã: Labcom Books; Universidade da Beira Interior, 2010, p. 21-34.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Democracia online: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo. Texto apresentado no III **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, John B. **A nova visibilidade**. Matrizes. São Paulo: ECA/USP, v. 1, n. 2, p. 15-37, jan.-jun. 2008.

